

COORDENADORIA DE APOIO ADMINISTRATIVO

ESTUDOS PRELIMINARES

(art. 24 da IN nº 05/2017-MPOG)

– Destinado à Contratação de Serviço de Recolhimento de Atas, Boletins, Zerésimas e Mídias de Resultados de Urnas Eletrônicas das Seções Eleitorais Utilizadas nas Eleições/2020 por Meio de Motoboys – TRANSPORTE DE MÍDIAS

Processo SEI nº 0010172-52.2020.6.18.8000

01– INTRODUÇÃO

O presente documento, denominado **Estudos Preliminares**, é elaborado em atendimento às disposições contidas na Instrução Normativa nº 5, de 25 de maio de 2017, expedida pelo Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPOG), especialmente o disposto no art. 24, atentando-se para as diretrizes constantes no Anexo III da referida IN nº 05/2017-MPOG. Os trabalhos aqui desenvolvidos visam subsidiar futuro procedimento licitatório a ser processado por Pregão Eletrônico, para selecionar empresa visando à prestação de **Destinado à Contratação de Serviço de Recolhimento de Atas, Boletins, Zerésimas e Mídias de Resultados de Urnas Eletrônicas das Seções Eleitorais Utilizadas nas Eleições/2020 por Meio de Motoboys**.

2 – DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 – Justificativa da necessidade da contratação

Esse procedimento é oriundo do Programa Eleições/2020 em que há previsão de contratação de serviços de transporte de mídias. Tem como objetivo a operacionalização, por meio de empresas especializadas em transporte/recolhimento de mídias de resultados, boletins de urna, zerésimas e respectivas atas, dos locais de votação (seções eleitorais) para os pontos de transmissão da Zona Eleitoral, ao término dos trabalhos em todo o Estado do Piauí.

Esses serviços deverão ocorrer após o horário de votação, no dia do pleito eleitoral (15/11/2020). Deverá produzir benefícios que se refletirão na maneira rápida e ágil no recolhimento do material de resultados das urnas e a divulgação dos resultados

das Eleições a todo a população piauiense, dessa forma, garantindo a excelência nas atividades do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí.

Cumpre ressaltar que este Regional não possui, em sua estrutura organizacional, os recursos materiais e humanos para a realização dessa atividade, daí a importância da contratação dos serviços por meio de empresa para a realização desses serviços.

Portanto, a contratação do serviço objeto destes Estudos Preliminares é necessária, visto que tal atividade são considerada meio às funções institucionais desta Justiça Eleitoral.

3 – DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1– Requisitos necessários ao atendimento da necessidade

A empresa que vier a vencer o processo licitatório deverá realizar os serviços na forma que for prevista no Termo de Referência.

3.2 – Natureza continuada do serviço a ser contratado

Importa registrar que o serviço visa atender a uma demanda específica e temporária, **não tendo**, portanto, **execução continuada**. Desse modo, a contratação será delimitada à necessidade de transporte de mídias ocasionada pela eleições de 2020.

3.3 – Duração inicial do contrato de prestação dos serviços

Para esta contratação pugnamos pela celebração do pacto de execução dos serviços, que vigerá a partir da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial da União até o dia 31.12.2020.

3.4 – Necessidade de a contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas

Considerando que operacionalização por meio de empresa(s) especializada(s) em transporte, e de toda a logística de recolhimento de mídias é um trabalho que vem se repetindo a cada 2 (dois) anos, por diversas empresas, portanto, de execução relativamente simples, não havendo necessidade transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas

4– DA ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

4.1 – Método adotado para definir a estimativa da quantidade a ser contratada, com informações do contrato anterior e memória de cálculo e documentos que lhe dão suporte

A quantidade de transporte a ser contratado é definido pela necessidade de cada Cartório Eleitoral. Estes, com base nas localizações dos locais de votação e quantidade de urnas, definem as suas rotas, as distâncias a serem percorridas a quantidade de mídias a serem transportadas e o tipo de veículo adequado.

A quantidade de rotas de recolhimento de urnas deverá ser informada pelos Cartórios.

4.2 – Levantamento de Mercado e Justificativa da Escolha do tipo de solução a contratar

O tipo de serviço objeto deste estudo é caracterizado como COMUM, em razão da natureza do mesmo, o qual é facilmente delimitado, sendo oferecido por diversas empresas no mercado. No entanto, apresenta características que visam atender à necessidade específica do TRE-PI.

Vale dizer que essa contratação ocorre em outros Tribunais Eleitorais, porém, considerando as peculiaridades de cada um, não foi possível estabelecer um parâmetro aceitável para a determinação de um preço viável para a contratação aqui estudada. Assim, os preços serão definidos por rotas.

5 – ESTIMATIVAS DE PREÇOS OU PREÇOS REFERENCIAIS

5.1 – Estimativa de preços e meios de previsão de preços referenciais

Para estimar os preços referenciais com base em informações repassadas pelos cartórios.

Orçamento	Custo Estimado – R\$
Eleições/2020	R\$ - 106.000,00
TOTAL	R\$ - 106.000,00

6 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

6.1 – Elementos que devem ser produzidos, contratados e executados

I). Promover todas as condições para a execução dos serviços dentro do planejamento do transporte de mídias nas Eleições Municipais de 2020, evitando percalços na execução dos serviços, colocando-se à disposição do Chefe de Cartório, apresentando veículos e motoboys com todos os meios de comunicação e fomentando ações facilitadoras para o atendimento a contento dos serviços contratados;

II). Assegurar os recursos materiais e humanos, necessários ao recolhimento das mídias e seu transporte ao devido destino.

7– JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO

7.1 – viabilidade de divisão da solução a ser contratada

A divisão do objeto ocorre de forma natural, ou seja, a área de abrangência de cada Zona Eleitoral.

Desse modo, conforme vem sendo praticado neste Tribunal, o objeto será dividido em 82 lotes.

Instituição Normativa nº 05/2017

Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

ANEXO III DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DOS ESTUDOS PRELIMINARES

3.8. Justificativa para o parcelamento ou não da solução:

a) O parcelamento da solução é a regra devendo a licitação ser realizada por item, sempre que o objeto for divisível, desde que se verifique não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando propiciar a ampla participação de licitantes, que embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas.

b) Definir e documentar o método para avaliar se o objeto é divisível, levando em consideração o mercado fornecedor, podendo ser parcelado caso a contratação nesses moldes assegure, concomitantemente:

b.1) ser técnica e economicamente viável;

b.2) que não haverá perda de escala; e

b.3) que haverá melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade;

Assim, será prevista a contratação em vários itens ou mesmo lotes,

possibilitando a contratação de várias empresas neste certame, garantindo-se que a solução integrada seja eficaz e atenda aos interesses desta Especializada.

8– RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS OU FINANCEIROS DISPONÍVEIS

8.1 – Benefícios diretos e indiretos que se espera com a contratação

Atualmente, no âmbito TRE-PI, não há contrato vigente para atendimento das demandas desses serviços. Da mesma forma, o TRE-PI não dispõem de pessoal e veículos suficiente para atendimento dessa demanda.

Desse modo, a contratação de serviço transporte de mídias traria benefícios diretos e indiretos, pois atenderia a necessidade pontual deste Tribunal com o menor custo. Com o advento dessa contratação serão mantidos, tanto em termos de economicidade, eficácia, eficiência, com impactos ambientais positivos, garantindo-se melhoria na qualidade dos serviços prestados ao público interno e externo.

9 – PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO

9.1 – Cronograma com as atividades necessárias à adequação do ambiente da organização para que a contratação surta seus efeitos e com os responsáveis por esses ajustes nos diversos setores

Para que a contratação pretendida tenha sucesso, não será preciso implantarmos qualquer modificação no trâmite processual, tão pouca mudanças em ambiente físico já existente.

9.2 – Capacitação de servidores para atuarem na contratação e fiscalização dos serviços de acordo com as especificidades do objeto a ser contratado

Aos servidores integrantes da Comissão Permanente de Fiscalização e Gestão de Contratos, instituída pela Portaria N.º 358/202 TRE/PRESI/DG/SGP/COPES/SEREF - caberá o acompanhamento da execução contratual, conjuntamente com os Fiscais Técnicos, lotados nos diversos cartórios eleitorais.

Quanto aos riscos de a contratação fracassar, entendemos serem inexistentes.

10- CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

10.1 – Necessidade de outras contratações no escopo do projeto geral

No escopo do projeto como um todo, não se faz necessário proceder a outras contratações com empresas diversas para se atingir o fim almejado.

11- DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

11.1 – Viabilidade da contratação

Considerando todo o exposto, há de se reconhecer que a contratação pretendida é perfeitamente viável, pois nada mais será do que o aprimoramento da contratação pra vigente.

Assim, concluímos pela **VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO PRETENDIDA**.

Teresina/PI, 14 de julho de 2020.

Abelard Dias Ribeiro dos Santos
Assistente III – SEAPT

Marconio Galvão Lopes
Chefe da SEAPT

José Alves Siqueira Filho
Coordenador de Apoio Administrativo